



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ITALO BEZERRA DA SILVA

**ÁFRICA NA SALA DE AULA: DISCUTINDO ABORDAGENS E QUESTÕES
CURRICULARES SOBRE O CONTINENTE ANCESTRAL NO ESPAÇO
ESCOLAR**

**ACARAPE
2024**

ITALO BEZERRA DA SILVA

**ÁFRICA NA SALA DE AULA: DISCUTINDO ABORDAGENS E QUESTÕES
CURRICULARES SOBRE O CONTINENTE ANCESTRAL NO ESPAÇO
ESCOLAR**

Projeto de Pesquisa apresentada ao curso de Bacharel Interdisciplinar em Humanidade do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Itacir Marques da Luz

ACARAPE – CEARÁ

2024

ITALO BEZERRA DA SILVA

**ÁFRICA NA SALA DE AULA: DISCUTINDO ABORDAGENS E QUESTÕES
CURRICULARES SOBRE O CONTINENTE ANCESTRAL NO ESPAÇO
ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Itacir Marques da Luz
(UNILAB)

Prof. Dr. Ivan Costa Lima
(UNILAB)

Profa. Dra. Marcelle Carvalho Braga
(UVA)

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	7
2. OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo geral	8
2.2 Objetivos específicos.....	8
3. JUSTIFICATIVA	8
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
4.1 África e a invisibilidade escolar.....	11
4.2 Currículo escolar e conteúdos eurocêtricos	13
4.3 A escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira e a Lei 10.639/03.....	15
5. METODOLOGIA	18
6. CRONOGRAMA	20
7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem se propõe a compreender a abordagem sobre a África no ambiente escolar e seu papel na formação dos estudantes da Escola de Ensino Fundamental I Dr. Edmilson Barros de Oliveira, localizada na cidade de Redenção, Ceará. O foco do estudo em tal escola se deve à sua inserção no mesmo contexto territorial onde se está instalada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) a qual agrega fundamentalmente estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa. Com base nesse contexto, o projeto também se atenta às diversas representações dos estudantes sobre África a partir do ambiente escolar e do seu entorno social, considerando a importância da lei 10.639/03 no processo de ensino-aprendizagem e nas dinâmicas culturais do público estudantil. A metodologia será realizada por meio da pesquisa bibliográfica cujo objetivo situa-se na importância de conhecer teoricamente o tema, observação e pesquisa exploratória na escola e, além disso, observação, análise documental e de dados. Assim, este projeto possibilita que educadores, futuros educadores, educandos e comunidade em geral entendam os conteúdos e reflexões sobre o ensino da cultura africana e afro-brasileira no âmbito educacional.

Palavras-chave: África na escola, lei 10.639/03

ABSTRACT

This research project aims to understand the approach to Africa within the school environment and its role in the education of students at Dr. Edmilson Barros de Oliveira Elementary School, located in Redenção, Ceará. The focus on this school is due to its location in the same territorial context as the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), which primarily serves students from Portuguese-speaking African countries. In this context, the project also examines the various representations of Africa by students based on their school environment and social surroundings, considering the importance of Law 10.639/03 in the teaching-learning process and the cultural dynamics of the student body. The methodology will be carried out through bibliographic research, which aims to theoretically understand the topic, as well as observation and exploratory research in schools, in addition to observation, documentary analysis, and data analysis. Thus, this project enables educators, future educators, students, and the community in general to understand the content and reflections on the teaching of African and Afro-Brazilian culture in the educational context.

Key-words: África in the school, law 10.639/03

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como finalidade o estudo sobre as múltiplas representações da África no ambiente escolar e seu papel na formação dos estudantes do município de Redenção, localizado no estado do Ceará. Tal pesquisa será realizada na escola de Ensino Fundamental Doutor Edmilson Barros de Oliveira, instituição localizada na cidade e que integra o conjunto de unidades escolares conveniadas com os cursos de formação de professores (licenciaturas) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Nesse cenário, evidencia-se a importância da Lei 10.639/03¹ que, por seu caráter propositivo, possibilita à base curricular da educação brasileira pela via da legislação educacional um instrumento jurídico-político que contempla a diversidade e pluralidade da formação social e cultural do Brasil e, por conseguinte, fomentando um espaço mais substancial de diálogo com a cultura africana e afro-brasileira no cotidiano da escola.

No que se refere especificamente ao continente africano, nos interessa pensar sobre como esse território, com toda sua história e cultura seculares, é percebido e tratado no contexto escolar, uma vez que, embora tendo relação fundamental com as discussões sobre o espectro cultural afro-brasileiro, precisa ser considerado com suas particularidades no passado e no presente. Apresenta-se assim duas indagações: que tipo de informação sobre a África é acessado no contexto escolar brasileiro e de que modo isso os recursos pedagógicos adotados a escola contemplam o estudo e o aprendizado sobre África.

Com base nessa realidade, o presente projeto visa compreender as representações dos estudantes quanto às temáticas que envolvam África e suas manifestações na chamada “identidade brasileira” que adentram o contexto escolar, tendo em vista os apontamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana².

2. OBJETIVO GERAL

¹ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Ver: [L10639 \(planalto.gov.br\)](http://L10639.planalto.gov.br). Acessado em 30/11/2024

² [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](http://Diretrizes_Curriculares_Nacionais_para_a_Educacao_das_Relacoes_Etnico-Raciais_e_para_o_Ensino_de_Historia_e_Cultura_Afro-Brasileira_e_Africana_-_Instituto_Nacional_de_Estudos_e_Pesquisas_Educacionais_Anisio_Teixeira_Inep/www.gov.br)

Compreender as representações sobre a África no ambiente escolar e seu papel na formação dos estudantes

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os conteúdos sobre o tema no material didático;
- Compreender como as abordagens pedagógicas sobre África incidem sobre a formação dos estudantes;
- Identificar o imaginário dos estudantes sobre o continente africano

3 JUSTIFICATIVA

Esta proposta de trabalho surge a partir do interesse pessoal em compreender as representações da África no contexto escolar, assim como o papel da africanidade na formação do estudante redencionista. Para tanto, busca-se analisar as intencionalidades dos discursos pedagógicos, especificamente nas aulas da componente curricular História. Ademais, procura analisar o processo ajuda a compor o imaginário sobre o que é a África e os possíveis estereótipos que os estudantes possam possuir sobre o continente.

Em um ponto de partida, torna-se importante falar sobre África dentro da escola para atender as múltiplas expressões de identidades e diversidades de estudantes que estão matriculados na rede de ensino de Redenção. Outro destaque é a existência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na atualidade, a qual acaba atribuindo um caráter de internacionalização para esta cidade na medida em que carrega entre sua composição populacional um número expressivo de pessoas pertencem aos PALOP's (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) na medida em que passam a viver nesta cidade por um certo tempo por ocasião de sua migração para estudar. Esses cidadãos e cidadãs “internacionais” acabam por conviver com a população natural do próprio território, além de terem seus filhos, nascidos no Brasil, acessando as escolas da cidade.

Mediante isso, estima-se a ocorrência de maior diversidade cultural nas escolas redencionistas não só pelo ingresso desses filhos de pais africanos ou africano-brasileiro na educação de Redenção, mas pela variação dos perfis culturais e fenótipos dos estudantes brasileiros que têm características negras. Assim, crianças filhas de brasileiros natos acabam por relacionar-se com crianças que às vezes são colocadas como de dupla nacionalidade por ser filho de pai ou mãe africana (ou dos dois) e acabam por criar vínculos de convívio. Desse modo, é imprescindível manter dentro da escola uma orientação sobre essas várias informações,

incentivando cotidianamente o respeito entre as diferenças e a necessidade de uma pedagogia plural.

Como exemplo dessa perspectiva, destacamos a própria formação escolar da intelectual bell hooks (2013)¹ onde presencia-se dois contatos que a ativista negra teve com o sistema básico educativo: o primeiro, cercado pelo entusiasmo, teve oportunidade de viver uma educação que baseava-se no entendimento da sua particularidade e pensada para uma luta antirracista e, na outra experiência, com a integração racial, passou a frequentar escola de pessoas brancas e sofreu um choque de realidade ao presenciar fundamentos que favoreciam as ideias racistas.

Assim como bell hooks, crianças negras descendentes de africanos em solo redencionista reverberam vivendo em uma educação hegemônica que destrói suas raízes e possibilidades de existência que fuja de uma ordem branca de ser. Ao viabilizar que os estudantes conheçam África para além da ideia de “africano escravizado trazido ao Brasil”, possibilita-se o acesso ao conhecimento da formação da cultura nacional a partir da dimensão de que África contribuiu e continua sendo importante para a sociedade brasileira, cearense e redencionista.

Desse modo, preconizamos pela visibilidade das histórias dos negros dentro da formação da sociedade brasileira para que exista a ruptura da educação colonial que continua delimitando cotidianamente para uma educação horizontalmente branca que desqualifica a história dos africanos e seus descendentes para a nossa história. Quando Santos (2002) diz que as epistemologias do Norte são muito mais influentes em nosso cotidiano, isso demonstra que a escola; ambiente que deve seguir o preceito determinado pela atual carta constituinte do Brasil e efetive a liberdade da manifestação das diversidades culturais e de identidades presentes neste espaço, permaneça adotando com um currículo colonizado e eurocêntrico. Assim, a omissão do conhecimento ligado aos saberes africanos se manifesta, de forma velada ou explícita, nas relações de ensino e aprendizagem, corroborando para a exclusão das características africanas, tal como as religiões afro-brasileiras, que frequentemente são submetidas a discriminações diversas que impedem a liberdade religiosa de cada brasileiro, conforme previsto constitucionalmente.

Por sua vez, Machado (2004) destaca que a escola brasileira não é um ambiente de diversidade e que, por isso, acaba promovendo-se uma educação não plural. Isso dificulta a

¹ Escritora feminista e ativista norte-americana com ênfase em questões raciais, classes e de gênero.

difusão de conhecimento amplo que dê voz às outras expressões culturais, uma vez que a instituição é baseada na hegemonia ocidental. Nesse sentido, o autor propõe uma avaliação da educação brasileira especificamente tratando da cultura africana e afro-brasileira dentro das salas de aula. Em suas conclusões, declara uma certa inquietação com o modo de ensino que está acontecendo dentro das instituições educacionais. Por seu lado, Nogueira (2011) diz que o ideal seria uma valorização geopolítica, africana e afrodiaspórica nas escolas e no universo acadêmico para que pudéssemos criar uma educação mais diversificada e que acolha tudo e todos.

Portanto, a realização desta pesquisa pode contribuir para uma maior reflexão sobre o assunto no âmbito educacional, de modo que, futuramente, professores, educadores, futuros educadores e comunidade em geral possam ter interesse por este tipo de conteúdo e desenvolvam reflexões e ações pedagógicas para efetivar o ensino da cultura africana e afro-brasileira na escola.

Particularmente no caso da cidade de Redenção (CE), base empírica deste projeto, importa descartar sua importância histórica nesse sentido, tendo em vista que o município tem um valor simbólico e cultural para com a comunidade local por ser colocada como a primeira cidade brasileira a promover a abolição da escravidão em 1883. Por esse caráter simbólico, Redenção seria escolhida como sede da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a qual engloba membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), principalmente discentes africanos. A existência dessa universidade em tal território representa, portanto, a oportunidade de produção de conhecimento a partir de bases não eurocêntricas e, com isso, a possibilidade de modificar as estruturas escolares e sociais para que os estudantes conheçam sua própria história, revendo assim, suas condutas mediante a importância do conhecimento do sobre o que seria esse “Brasil africano”.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste projeto será dividida em três seções. A primeira aborda sobre África e a invisibilidade que a escola tem acerca do assunto, produzindo narrativas e representações depreciativas sobre os conteúdos que envolve África. Dentro da segunda seção será tocado no currículo escolar e nos conteúdos eurocêntricos que se tornam mais acessíveis no acesso ao conhecimento por meio de fatores como valorização de uma hegemonia e formação dos professores. E, para finalizar, debate-se então o recorte espacial com a Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira com a finalidade de entender o contexto em que ela está inserida e conseqüentemente a lei 10.639/03.

4.1 África e invisibilidade escolar

A ciência moderna articulada a partir do século XVI principalmente no cotidiano europeu deixou resquícios de instituições modernas influenciadas pelo capitalismo, colonialismo e o patriarcado. As escolas, por sua vez, refletem essa dominação ocidental através dos conteúdos didáticos que são desenvolvidos para estudantes que mostram somente as epistemologias vindas do Norte (SANTOS, 2002). A História enquanto disciplina do Ensino Básico é percebida como sendo a componente curricular que mais aborda sobre a existência dos negros na sociedade brasileira a partir dos discursos históricos citados nos livros.

A História do ensino básico infelizmente carrega sequelas de uma ciência ocidental que é encarregada por silenciar e excluir produções de conhecimentos vindo de países que historicamente são colocados como inferiores e rejeitados. Assim, incumbindo-se de uma História atrasada que não acompanha o desenvolvimento da historiografia e mantém preceitos de marginalização na sua construção de conhecimento. A África no Brasil, representada principalmente pela chegada dos africanos escravizados ao país, é tratada dentro da perspectiva tradicional como sendo invisível no processo de formação nacional. Muitas das vezes vai existir a ligação, em formato de sinônimo, de negro e escravizado, como se ambas as palavras funcionassem como uma só, sem perceber as distinções entre escravizados, livres e libertos. Isso interfere diretamente no tipo de aprendizagem que o estudante possui sobre o negro no Brasil e ao próprio continente africano ao interligar sempre o sistema escravista para com a existência da África.

A criação de uma contínua memória, produzida primeiro em uma instituição educativa, contribui para criação de representações e narrativas acerca do continente africano para estudantes do Ensino Fundamental I. Com isso, há a apresentação conteudista de uma maneira

rudimentar sobre os povos africanos e suas continuidades no nosso território, reverbera, como citado anteriormente, reduzida a uma intencionalidade de produzir e reproduzir estigmas sobre o corpo África e aspectos da temática, envolvendo-se questões culturais e sociais, mas, além disso, fatores físicos e mentais ao relacionar a inferioridade africana, ideia defendida pelas narrativas historicamente criadas, ao corpo e mente de pessoas negras do Brasil, do continente africano e do mundo.

Assim, vai existir também a moldagem estética do belo e do que foge de um padrão visualmente cultural e social aceito; algo historicamente construído na população brasileira desde a formação de nossas histórias nacionais onde a formação de nossa identidade era restrita a uma sobrevivência branca, excluindo e eliminando os negros e os indígenas desse processo. A educação, desse modo, manteve traços do passado e desde seu princípio não se importou com a tentativa de fazer com que o negro tivesse a possibilidade de entrar para as narrativas como um sujeito ativo dentro da sociedade, possuindo contribuições culturais e sociais para a formação da nossa identidade. Assim, a invisibilidade torna-se algo imerso nas raízes do problema e torna um dos principais pontos a serem discutidos, uma vez que o não acesso ao conhecimento do que seria o Brasil africano, visto não somente por meio da escravidão, determina o modo como imaginário e as representações sobre os povos africanos e afro-brasileiros vão existir.

Essa África que quase sempre vai estar agregada a comentários negativos motivados por seu desconhecimento histórico, torna-se cada vez mais comercializada como um lugar de insalubridade incapaz de possuir um desenvolvimento social, reproduzida em ambiente escolar como um lugar de atraso e não prosperidade. Em esfera de senso comum nacional, os descendentes de povos africanos e quilombolas são enquadrados cada vez mais dentro de um rótulo de discriminação e apagamento, evidenciando uma exclusão massiva desses povos na formação escolar dos estudantes.

Nota-se assim que a escola desenvolveu uma postura verticalmente eurocêntrica, impossibilitando que as crianças conheçam a história da África e do Brasil-África para que possam compreender suas próprias histórias (MACHADO, 2004). É necessário que haja uma reformulação de como ensinar esses saberes sem carregador juízes de valor que possam prejudicar a aprendizagem. É fundamental que ocorra uma espécie de descolonização das escolas, mas principalmente dos olhares dos professores a respeito da cultura africana e afro-brasileira vigente na população brasileira. (MACHADO, 2004). Por meio disso, os professores teriam capacidade de explicar para as crianças de uma forma basilar a partir da maturação da

mente desses estudantes como que ocorreu a chegada dos povos africanos em nosso território e as continuidades desses povos dentro da formação da nossa população, superando microestruturas com intencionalidades racistas e elevar uma educação mais ampla.

4.2 Currículo escolar e conteúdos eurocêntricos

Compreendendo as dificuldades que acarretam a África na escola, deve-se também verificar as formações dos professores em diferentes tipos de licenciaturas, mas em específico as das Áreas Humanas, para que exista um entendimento melhor sobre como abordam África e qual tipo de abordagem mantém quando é lembrada. Por meio do texto de Nogueira (2011), encontramos uma pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções (Afrosin) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (URRFJ), elaborada entre os anos de 2010 e 2011, que basicamente conseguiu evidenciar, por meio de 10 livros utilizados por professores e professoras de Filosofia, a falta de diálogos com conhecimentos produzidos por esferas não hegemônicas; e isso acaba acarretando, posteriormente, a falta de investigação e exclusão de pensamentos filosóficos-intelectuais fornecidos por africanos e grupos da América Latina. Assim, este cenário, especificamente tratando-se da importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento e sua participação dentro da escola, permite a evacuação da afroperspectiva¹ ao não criar meios de diálogos afro-referenciados no interior da educação, tendo em vista a formação superior unilateral a uma cultura europeia. Logo, a forma de ensinar em sala de aula favorece, dessa maneira, o descumprimento da lei 10.639/03 que não potencializa as discussões que essa norma fica encarregada. As instituições escolares representadas por professores que se distanciam dos temas relacionados a africanidade colaboram para o surgimento da discriminação quando delimitam dentro de suas relações didáticas um mapa cultural como ideal e o “incorreto”, propiciando a criação de preconceitos por parte do estudante ao se tratar do que não é discutido na educação brasileira, como por exemplo, o pertencimento a uma religião de matriz africana.

Em síntese, a educação brasileira como um todo deve ser entendida como um espaço de relações sociais capaz de permitir o convívio de pessoas diferentes umas das outras, valorizando a particularidade de cada indivíduo e o modo com pessoas singulares podem contribuir para a existência de outras. Hoje muito fala-se sobre educação de qualidade e o modo como ela pode

¹ Interpretação subjetiva de mundo a partir de ideias e necessidades de pessoas negras para com questões sociais, políticas e culturais.

acontecer tendo em vista as problemáticas que persistem na educação do Brasil, como por exemplo, o próprio racismo estrutural¹. A superação desses obstáculos necessita da ação dos profissionais da área da educação em ratificar o direito constitucional que é a educação de qualidade, quebrando preconceitos existentes na escola desde o surgimento do republicanismo no Brasil onde nascia uma educação particularmente preocupada em educar filhos de pessoas brancas de classe média e criar classificações de pessoas onde a imagem do negro sempre esteve embaixo (CAMPOS, 2004).

Esse campo educacional, discutido como universal, mas aqui colocado por meio de um recorte espacial, colabora para a marginalização do outro e torna-se muito mais prejudicial quando o outro existe, de uma maneira evidente, e é tratado como não sendo importante e desclassificado. A escola nasce dentro de uma perspectiva elitista e permanece não atendendo realidade diversas capazes de abraçar as diferenças como escrevem Oliveira e Souza (2009, p. 93):

A escola possui seu papel na exclusão, pois professores desqualificados e preconceituosos contribuem com essa inflexibilidade por falta de conhecimento ou por ter a convicção que a sua religião é a que salva, situação que não deveria ocorrer, mediante a escola ser auxiliadora e formadora de caráter desde a educação infantil, até o ensino superior, caráter este o qual será objeto principal para tornar esta criança cidadão de bem.

A lei 10.639/03 está em funcionamento na educação brasileira a mais de 20 anos, a avaliação das consequências dessa lei deve ser analisada a partir das reflexões sobre o que ela possibilitou a escola e não mais sobre a importância que ela tem. Por meio de Oliva (2003) evidencia-se as análises realizadas dentro da educação brasileira e o modo como ela se comportou mediante o despreparo dos professores e o preconceito para com o assunto. O autor vai apresentar a responsabilidade que o professor deve ter ao ensinar África dentro da escola, assim como costuma ensinar outros continentes sem atribuir características depreciativas contra eles. A igualdade de tratamento para Oliva (2003) permite que os estudantes tenham alcance e oportunidade de dialogar sobre África nas suas relações sociais, contribuindo para uma formação escolar inclusiva.

¹ Modo como o racismo está inserido tão profundamente nas raízes das instituições, promovendo ações racistas cotidianamente sem o entendimento do que está acontecendo. Isso deve-se a uma construção histórica que a partir da discriminação contra pessoas negras, normalizou-se falas, ações e atitudes contra negros por pessoas físicas ou instituições.

No Brasil, onde existem grandes discussões sobre questões étnico-raciais, inclusive a própria elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, objetiva-se cotidianamente romper com noções insultuosas para com a comunidade negra do Brasil, com a finalidade de combater práticas racistas e discriminatórias que se expressam no cotidiano da escola e nas práticas pedagógicas. (CAMPOS, 2004).

Portanto, se o desconhecimento existe, é necessário que haja a procura por informações a partir da ideia de que a educação necessita ser inclusiva e de qualidade. Dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, os educadores têm acesso ao que o documento chama de princípios filosóficos e pedagógicos que de forma geral funciona como um direcionamento de como os educadores podem, por meio de algumas temáticas de ensino, impulsionar a qualidade da educação ao dialogar sobre questões epistêmicas, sociais e políticas dos negros, possibilitando a criação e vivência, do educando e do educador, de uma educação justa para todos, baseando-se também na ideia centralizada a partir do texto de Nobles (2016) que visa potencializar a criação ou alteração de ciências originalizadas no ocidente, cujas discussões surgem por meio de explicações e definições de brancos e para brancos, restringindo a difusão do conhecimento científico que relacione-se com saberes e a própria realidade negra, impossibilitando a identificação da criança como sendo negro(a) e aproximando-se dos traços da africanidade.

4.3 A Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira e a Lei 10.639/03

Discutido então os empecilhos que impedem a entrada da África de uma maneira positiva dentro da educação brasileira, torna-se interessante avaliar também o contexto social em que esta pesquisa pode acontecer, tendo em vista a relação íntima e direta com o tema por meio de vários fatores que aqui serão citados e explorados.

A cidade de Redenção, localizada no interior do Ceará e também anteriormente nomeada de Vila do Acarape até a separação administrativa, é colocada por meio de um discurso público local como a primeira cidade brasileira a lutar contra o período escravagista; libertando os africanos escravizados em 1881 em seu território. Por esse motivo, seria também a posterior escolha de sediar a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que tem como principal objetivo incentivar e promover uma cooperação entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e trazer ao território cearense uma

Universidade interiorana de caráter formativo diferenciado com uma construção de conhecimentos a partir da valorização das epistemologias do Sul.

Tornando Redenção como uma cidade universitária foi possível fazer com que as pessoas locais tivessem a oportunidade de conviver com pessoas dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e manter uma relação de convívio e integração entre brasileiros e africanos. Assim, agora moradores do terreno redencionista, relacionam-se com a população em geral e com as instituições locais, como por exemplo, as próprias escolas. Esse contato vai acontecer de múltiplas maneiras, mas situa-se aqui a relação através dos estágios das licenciaturas e as matrículas dentro da instituição de ensino.

A escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira é o colégio sede do município e é responsável pela formação do Ensino Fundamental I. Muitos africanos mantêm contato com essa escola devido sua facilidade de acessibilidade, por estar também instalada próxima ao campus acadêmico administrativo, facilitando a realização de estágios e palestras que carregam, de certo modo, a particularidade de um contato com educadores africanos que possuem maneiras subjetivas de promover e organizar relações de contato com crianças brasileiras. Muitos desses estagiários africanos, principalmente os formandos da área da pedagogia, apresentam ações de aulas a partir de uma identidade africana, apresentando musicalidade e noções de africanidade por meio de poesias, atividades lúdicas e métodos de ensino afro-referenciados, permitindo as crianças um contato genuíno e sem discriminações com a realidade africana e descobrindo a África para além de uma representação estereotipada.

Além disso, existe dentro da escola um contato ainda mais intenso de estudantes africanos com o contexto escolar: bolsistas da educação inclusiva. A Prefeitura de Redenção disponibiliza uma bolsa com prorrogação de dois anos para estudantes do ensino superior, com a finalidade de ter pessoas atuando como acompanhantes de crianças atípicas nas escolas de Ensino Infantil e Fundamental II e II. Muitos desses bolsistas são africanos de Angola e Guiné-Bissau que adentram dentro da escola e tem uma carga horária de 20 horas semanais, relacionando-se com crianças em sala de aula, professores, gestão escolar e demais profissionais que farão parte da instituição. Essa convivência frequente edifica uma rede de aprendizagem positiva dentro do ensino de Redenção, pois as comunicações e trocas de afeto colaboram para uma noção do outro e sobre aspectos do diferente e do igual. É claro também que às vezes, sem um uso romântico total do ofício em que estão desempenhando, algumas condutas praticadas em ambiente escolar podem permitir a existência de frases e posicionamentos discriminatórios, principalmente discursos racistas. Entretanto, salienta-se

que a educação necessita desse contato para que crianças cresçam com consciência das múltiplas maneiras de ser e permitir ser, quebrando possíveis tradições racistas que possuímos e efetivando noções e habilidades sociais de respeito e conhecimento.

Se os conflitos acontecem dentro dessa escola é necessário poder tirar dele um conteúdo formativo e aprender por meio desses problemas uma maneira de extrair práticas não discriminatórias contra os povos africanos e afro-brasileiros, pois:

O diálogo cultural entre realidades distintas baseia-se desde os primórdios da humanidade na troca de experiências. O que, conseqüentemente, gera conflitos, parte indispensável para o entendimento e aceitação de culturas heterogêneas. (GUEDES, NUNES e ANDRADE, 2013, p. 421)

Por isso, esses diálogos devem ser amparados e mantidos com profissionais capazes de assegurar qualidade no ensino sem atribuir julgamentos de interesse pessoal que na maior parte das vezes parte de uma manutenção hierárquica social que subalterniza o corpo África. A educação, desse modo, deve ser pensada não a partir de referências pessoais sobre o “certo” e o “errado”, pois os educadores devem partir do pressuposto que os educandos não vivem em uma mesma realidade sociocultural e que as abordagens africanas são oportunidades de fazer com que grupos que se sentem representados pela história africana e afro-brasileira entendam o ambiente escolar como algo prazeroso.

Conseqüentemente, a Lei 10.639/03 entra de apoio para tornar o assunto mais exequível. A lei age no formato de uma norma que altera ao longo dos anos os materiais didáticos e intensifica ainda mais a história do Brasil africano, permitindo a entrada de assuntos que foram silenciados historicamente por uma elite burguesa no muro escolar e dê voz e escuta aos marginalizados do nosso país, como cita:

A obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio faz parte das discussões de entidades envolvidas com o Movimento Negro já há algum tempo. Mas somente com a lei, criada em 2003, começou-se a pensar em políticas educacionais, bem como a escola em geral passou a pensar, e quando falamos em escola, é claro que, estamos incluindo tanto o quadro de professores, bem como os alunos e a comunidade, pois estes também se inserem no contexto escolar. (GUEDES, NUNES e ANDRADE, 2013, p. 424)

Em via dessa informação, evidencia-se a relevância que a lei, embora a mercê de uma não aplicabilidade educacional, tornou-se um dos marcos para ir contra o retrocesso brasileiro no que diz respeito as temáticas que envolvam a educação. Não se deve, entretanto, qualificar e responsabilizar somente a lei de combater de maneira isolada uma microestrutura sólida que assombra a sociedade brasileira, pois:

Sabemos que somente uma Lei não irá mudar a realidade do país, mas o silêncio que reinou durante décadas dentro da Escola sobre a questão do negro, também não resultou em mudanças. O nosso sistema educacional ainda está em fase de desenvolvimento, diga-se de passagem, em um estágio ainda prematuro, mas essas novas atividades e idéias finalmente estão se fazendo presentes [...] (GUEDES, NUNES e ANDRADE, 2013, p. 424)

Essa responsabilidade envolve toda sociedade, principalmente a sociedade acadêmica de promover de maneira consciente e científica modos de fazer com que os conhecimentos negados possam ser notados e cheguem aos lugares que podem efetivar diálogos sobre o ensino da África e estabilize uma rede de ensino e aprendizagem fortalecida no combate ao racismo e outros tipos de discriminações que os povos negros e a cultura negra sofrem no nosso país.

5. METODOLOGIA

Em primeira partida, este projeto visa construir primeiro uma noção temática baseando-se em uma pesquisa bibliográfica que auxilia o estudo de diversas maneiras:

A revisão de literatura tem vários objetivos, entre os quais citamos: a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico (PIZZANI et al., 2012, p.54)

A pesquisa exploratória, cuja funcionalidade vai se dar por meio da identificação de problemas e especificidades da instituição pesquisada, será utilizada para gerar hipóteses iniciais sobre o tema, juntamente com a pesquisa documental, analisando os materiais didáticos da escola e compreendendo as narrativas que produzem quando decorrem acerca do tema África, identificando conceitos e representações.

Além disso, para compreender as representações dos próprios estudantes sobre África e suas manifestações, será utilizado o uso da entrevista com perguntas semi-estruturadas, analisando as falas dos estudantes e suas percepções. Desse modo, o recorte se dará na escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira localizada na cidade de Redenção, Ceará.

O contexto sociocultural abrange uma comunidade universitária com ênfase na formação e diálogo cultural de diferentes culturas, principalmente com cosmovisões africanas, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, observação em sala de aula, uso de entrevista de questionário com perguntas semi-estruturadas para estudantes e professores e análise documental.

Por tratar-se de uma escola de Ensino Fundamental I, os primeiros sujeitos a serem pesquisados serão as próprias crianças, especificamente crianças da 5^o série que serão capazes de desenvolver compreensões e representações melhor sobre o que será investigado. E, ademais, vai ocorrer diálogo com uma quantidade escolhida de professores para refletir um pouco sobre a análise do tema e as narrativas que possuem sobre a temática.

Com a recolha de dados alcançados por esta pesquisa, serão decodificados e colocados em considerações finais por meio de uma análise qualitativa, identificando representações sobre África dentro do contexto escolar e desenvolvendo narrativas a partir de então. Esta fase baseia-se a partir de Silva e Fossá (2015) que descreve os métodos por meio de uma leitura flutuante, escolha de documentos, formulação de hipóteses e objetivos e elaboração de indicadores para manuseio da metodologia da pesquisa.

6. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2024.2	2025.1
Pesquisa bibliográfica	X	
Observação	X	
Análise documental		X
Entrevista		X
Análise de dados		X
Pesquisa exploratória	X	

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Paulo Fernando S., O Ensino, a História e a Lei 10.639. História e Ensino, Londrina, v.10, p. 41-52, out. 2004.

DIRETRIZES curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane, O uso da lei 10.639/03 em sala de aula, Rio Grande do Sul, Vol. 2, nº. 6, 2013

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019

MACHADO, Aldibênia Freire, Filosofia africana para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais, Canoas, Revista de Educação Ciência e Tecnologia, 2004

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti: Retomando e Reapropriando um Foco Psicológico Afrocentrado. 2016.

NOGUEIRA, Renato. O ensino da Filosofia e a Lei 10.639. Rio de Janeiro, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP, 2011

OLIVA, Anderson R., A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006), São Paulo, 2009

OLIVEIRA, Paulo A.; SOUZA, Wanildo F., Intolerância religiosa na escola: construindo conhecimentos para não discriminar. In: PEREIRA, Linconly J., A.; FREITAS REIS, Marcos V., N’umuntu em Revista (Org.). DOSSIÊ: Religiões de Matrizes Africanas: Educação, Políticas Públicas e Laicidade. Fortaleza: Gráfica e Editora IMPRECE, 2019, p 91-107

PIZZANI, Silva et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Campinas: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência de Informação, 2012

SANTOS, Boaventura de Souza, As Epistemologias do Sul de Boaventura de Souza Santos: por um resgate do Sul Global, São Paulo, Revistas Páginas de Filosofia, 2012

SILVA, Andressa; Fossá, Maria. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualit@s Revista Eletrônica, [s.l], Vol. 17, 2015
Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56781325/2113-7552-1-PB-libre.pdf?1528811778=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DANALISE_DE_CONTEUDO_EXEMPLO_DE_APLICACAO.pdf&Expires=1733618552&Signature=f1XX6yni2FW1Z4XBsc8qSg665N2qzePdZl5DE~LXOSu5WimXb7rVAfxrPWxAXMAXzhycDh8r5ho~gvh23~MuUqp5Xtplu5IKE11EU9yzB3M17baF3Qnqv4JFXil4H3f2hysOmHGNSHls4diXLMMfBstNMXmpPHvAW7FwalTAYS0Uww22DBL5GNETLfx5nScImYw~BZXeWaq~wT1JqRFTUwGxkS-

XgazAsptAWuUY3ww~QPWfRvnAcN40sIkgyshEGxEi8C-
NGEC2hbsCNhthxtPNNsabRGc~CSqByQBRKndABVPHYaCHdQ1LU2q04eL5VF7OSPr8j
02QhsXdv7bZQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA